BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

n) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (Nota nº 15):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 3.655/2008, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determinam:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos, é constituída provisão, a qual é calculada através da utilização de metodologia estatística de estimativa, atendendo, assim, ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

p) Evento subsequente

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;

2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 30 de junho de 2013.

q) Uso de Estimativas

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2013	2012
Disponibilidades	**75.378**	**46.013**
Disponibilidade em moeda nacional	40.149	36.702
Disponibilidade em moeda estrangeira	35.229	9.311
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	**1.007.999**	**1.143.108**
Aplicações no mercado aberto	1.007.999	1.143.108
TOTAL	**1.083.377**	**1.189.121**

(*) Referem-se a aplicações com características mencionadas na nota 3 c).

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2013	2012
Aplicações no mercado aberto	**1.007.999**	**1.143.108**
Posição Bancada	**1.007.999**	**1.143.108**
Letras Financeiras do Tesouro	13.001	112.995
Letras do Tesouro Nacional	874.997	1.009.999
Notas do Tesouro Nacional	120.001	20.114
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**590.248**	**511.340**
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	626.515	551.789
Provisão para perdas aplicações dep. Interfinanceiros	(36.267)	(40.449)
TOTAL (no curto prazo)	**1.598.247**	**1.654.448**

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros no valor de R$36.267 (40.449 em 2012) corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. No período ocorreu recuperação da massa falida no montante de R$4.182. A provisão foi constituída pelo valor integral em face à intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram no semestre R$52.949 (R$73.525 em 2012).

6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	2013	2012
Carteira própria – livres	**5.510.369**	**5.374.743**
Títulos Públicos	**4.045.250**	**4.243.574**
Letras Financeiras do Tesouro	3.554.143	3.507.922
Letras do Tesouro Nacional	-	47.292
Notas do Tesouro Nacional	169.231	359.729
Certificados Financeiros do Tesouro	321.616	328.285
Títulos da Dívida Agrária	260	346
Títulos Privados	**1.465.119**	**1.131.169**
Certificados de Depósito Bancário	10.160	-
Debêntures	763.223	478.280
Cotas de Fundos de Investimento	161.016	274.490
Letras Financeiras	530.720	365.128
Notas Promissórias	-	13.271
Vinculados a prestação de garantias	**14.167**	**15.625**
Títulos Públicos	**14.167**	**15.625**
Letras Financeiras do Tesouro	14.167	12.933
Letras do Tesouro Nacional	-	2.692
TOTAL	**5.524.536**	**5.390.368**
Saldo de curto prazo	**2.399.609**	**1.669.735**
Saldo de longo prazo	**3.124.927**	**3.720.633**

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco através de seu Comitê de Ativos e Passivos. A mais significativa elevação ocorreu em aplicações nos títulos do tipo Debêntures de grandes empresas.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a) Quanto ao vencimento

	2013					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL
1-Títulos para negociação (1)	**-**	**-**	**-**	**596.926**	**-**	**596.926**
Títulos Públicos	-	-	-	**596.926**	-	**596.926**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	596.926	-	596.926
2-Títulos Disponíveis para venda	**222.826**	**1.559.228**	**1.221.110**	**1.115.791**	**467.665**	**4.586.620**
Títulos Públicos	**-**	**1.138.630**	**868.356**	**666.621**	**458.054**	**3.131.661**
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.134.609	712.100	666.621	458.054	2.971.384
Notas do Tesouro Nacional	-	4.021	156.256	-	-	160.277
Títulos Privados	**222.826**	**420.598**	**352.754**	**449.170**	**9.611**	**1.454.959**
Debêntures	93.785	165.656	75.641	418.530	9.611	763.223
Cotas de Fundos de Invest. – FIDC(2)	2.522	20.688	38.886	30.640	-	92.736
Cotas de Fundos de Invest. – FI REF	68.280	-	-	-	-	68.280
Outros Títulos–Letras Financeiras/NP	58.239	234.254	238.227	-	-	530.720

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE